



**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## Jovens Camponesas: Expressões da Colonialidade Patriarcal

**Marilis Dambroski**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

**Josiane Carine Wedig**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

**Marlize Rubin-Oliveira**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

**Ary Gustavo da Silva Cesar**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

**Joana do Amaral Antoniak**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

### Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade

*Ao chegar à América Latina, os colonizadores europeus, foram estabelecendo seus propósitos e deixando sua marca, com as suas várias hierarquias globais que se envolvem e coexistem simultaneamente no espaço e no tempo. Desse modo, o modelo patriarcal se alastrou na mesma época em que o colonialismo, e deixou raízes históricas, sociais e culturais que podem ser vistas na contemporaneidade e são definidas como colonialidade do poder. Relacionando com o tema das jovens agricultoras camponesas, em que o contexto tende a ser marcado pela invisibilidade e centralidade da figura do homem, infere-se que a questão do poder, expresso pela estrutura patriarcal, presente desde o início da colonização dos europeus no Brasil, pode aqui ser entendida como expressões de colonialidade do poder e de gênero. A colonização expropriou o trabalho feminino, afastando-as dos afazeres, ocorrendo expropriação de território, de corpos, resistências e hierarquia dicotômica entre homens e mulheres, e muitas vezes marcando a constituição do ser mulher, de maneira submissa e silenciada, ocupando posições secundárias. Assim, à luz de teorias decoloniais se buscará, compreensão da colonialidade de gênero e aspectos patriarcais com o objetivo de tecer algumas discussões e reflexões acerca de jovens camponesas, inseridas num contexto de dominação masculina.*

*Palavras-chave. Jovens agricultoras; Decolonialidade; Patriarcado; Resistências; Movimentos Sociais.*

### Tradução do título em inglês

**Abstract.** *Upon arriving in Latin America, the European colonizers established their purposes and left their mark with their various global hierarchies that involve and coexist simultaneously in space and time. Thus, the patriarchal model spread simultaneously as colonialism and left historical, sociocultural roots that can be seen in contemporary times and are defined as the coloniality of power. Relating to the theme of young peasant women farmers, in which the context tends to be marked by the invisibility and centrality of the figure of the man, it is inferred that the question of power, expressed by the patriarchal structure, present since the beginning of the colonization of Europeans in Brazil, can here be understood as expressions of the coloniality of power and gender. Colonization expropriated women's work, territory, bodies, resistance, and a dichotomous hierarchy between men and women and often marked the*

*constitution of being a woman in a submissive and silenced way, occupying secondary positions. Thus, in the light of decolonial theories, an understanding of gender coloniality and patriarchal aspects will be sought to weave some discussions and reflections about young peasant women inserted in the context of male domination.*

*Keywords: Young female farmers; Decoloniality; Patriarchy; Resistances; Social movements.*

## **Tradução do título em espanhol**

**Resumen.** *Al llegar a América Latina, los colonizadores europeos establecieron sus propósitos y dejaron su huella, con sus diversas jerarquías globales que involucran y conviven simultáneamente en el espacio y el tiempo. Así, el modelo patriarcal se difundió al mismo tiempo que el colonialismo, y dejó raíces históricas, socioculturales que se perciben en la contemporaneidad y se definen como la colonialidad del poder. En relación con el tema de las jóvenes campesinas agricultoras, en el que el contexto tiende a estar marcado por la invisibilidad y centralidad de la figura del hombre, se infiere que la cuestión del poder, expresada por la estructura patriarcal, presente desde el inicio de la colonización de los europeos en Brasil, pueden entenderse como expresiones de la colonialidad del poder y del género. La colonización expropió el trabajo de las mujeres, expropiando territorio, cuerpos, resistencias y una jerarquía dicotómica entre hombres y mujeres, y muchas veces marcando la constitución del ser mujer, de manera sumisa y silenciada, ocupando posiciones secundarias. Así, a la luz de las teorías decoloniales, se buscará comprender la colonialidad de género y los aspectos patriarcales para tejer algunas discusiones y reflexiones sobre las jóvenes campesinas, insertas en un contexto de dominación masculina.*

*Palabras clave: Jóvenes agricultoras; Decolonialidad; Patriarcado; Resistencias; Movimientos sociales*

## **Introdução**

No Brasil, o processo de colonização teve a figura masculina como centralizada. A medida, que os europeus colonizadores chegaram, foram estabelecendo seus propósitos e deixando sua marca, como destaca Ramón Grosfoguel, (2008, p.122), “Às Américas chegou o homem branco, europeu, heterossexual, patriarcal, cristão, capitalista”, com as suas várias formas de hierarquias que se envolvem, coexistindo simultaneamente no espaço e no tempo. Desse modo, o modelo patriarcal se alastrou na mesma época em que o colonialismo, e deixou raízes históricas, sociais e culturais como marcas que podem ser vistas na contemporaneidade e são definidas como colonialidade do poder.

Ao analisar o trajeto histórico e social do rural brasileiro é perceptível que um de seus pilares de sustentação foi o modelo de patriarcalismo. Este termo é entendido como uma forma de construção social baseada no patriarcado, que por sua vez, é definido como o domínio social centralizada na figura masculina. Heleieth Saffioti (2004, p.101), afirma que existem diversos sistemas patriarcais diferentes no mundo e há variabilidade entre eles, depende do grau de dominação exercido pelo homem sobre a mulher. Além do mais, independentemente de local geográfico ou momento histórico, a natureza do fenômeno, é a mesma. Esse modelo apresenta a legitimidade que lhe atribui sua naturalização, sendo o patriarca da família quem dita as regras de relações da mulher.

A Colonialidade do Poder refere-se a indivíduos subjugados a uma situação de inferioridade, como por exemplo, o racismo. Aníbal Quijano (2005), a descreve

como a classificação dicotômica entre humanos e não humanos, civilizados e selvagens, nós e os outros (referindo-se a Ocidente e Oriente, respectivamente), denotando a uma distinção hierárquica, pelos colonizadores. Em consonância, Grosfoguel (2008), a define como um poder em forma de dominação e exploração capaz de atravessar variadas hierarquias globais. Sendo que a expansão da colonização pelo mundo instaurou este modelo hegemônico de sistema-mundo eurocêntrico.

A Colonialidade do Gênero, descrita por María Lugones (2014; 2008), também foi imposta pelos colonizadores, dentre as hierarquias dicotômicas entre homens e mulheres. Afirmando ainda, que o sistema colonial de gênero é marcado pela combinação entre os elementos base composto da raça, gênero, sexualidade e classe. Sendo que esses elementos, vão se modificando com a inserção de outras formas de opressão que se colocam sobre os corpos dos indivíduos. Em face desta combinação, se considera a ocorrência da interseccionalidade, havendo atravessamentos e sobreposições entre elas.

Relacionando com o tema das jovens agricultoras camponesas, em que o contexto tende a ser marcado pela invisibilidade e centralidade da figura do homem. Infere-se que a questão do poder, expresso pela estrutura patriarcal, presente desde o início da colonização dos europeus no Brasil, podendo aqui ser entendida como expressões de colonialidade do poder e de gênero. Silvia Federici (2017; 2019) afirma que a colonização expropriou o trabalho feminino, por vários motivos, afastando-as dos afazeres, pois as relacionavam a bruxas, expropriação de território, de corpos, transformando os coletivos femininos, ocorrendo resistências e hierarquia dicotômica entre homens e mulheres, e muitas vezes marcando a constituição do ser mulher, de maneira submissa e silenciada, ocupando posições secundárias.

Diante do exposto, a proposta deste escrito é tecer algumas discussões e reflexões acerca de jovens camponesas, inseridas num contexto de dominação masculina. As teorias decoloniais, auxiliam na compreensão da colonialidade de gênero e das relações patriarcais consideradas como reflexos da colonialidade do poder. Já, os movimentos sociais, apresentam-se como possíveis possibilidades para a desconstrução das colonialidades e o empoderamento das jovens agricultoras camponesas. A problemática surge a partir de alguns questionamentos: No contexto rural, como se manifestam as relações patriarcais? Quais movimentos contribuem no empoderamento destas jovens para enfrentar a colonialidade do poder patriarcal?

Destarte, a justificativa para este artigo implica problematizar sobre a desigualdade de gênero na área rural, em que estão inseridas as jovens camponesas; as formas de colonialidades, sobretudo, o patriarcado, que, ainda, impera nestes lugares; além de, dar visibilidade ao tema, nutrindo reflexões à luz da base epistemológica da decolonialidade. Dessa forma, primeiro será tratado sobre o patriarcado e a desigualdade de gênero. Em seguida será discutido sobre conceitos e expressões da decolonialidade e expressões do colonialismo. A seção seguinte contextualiza os movimentos sociais e lutas pela agricultura camponesa. Por fim, e não menos importante, será realizada a reflexão acerca do lugar de fala das jovens agricultoras camponesas, buscando relacionar os tópicos anteriormente discutidos e delinear uma abordagem de análise.

## 1. Patriarcado e desigualdade de gênero

O colonialismo aparece de forma mais violenta, com a vinda dos europeus para América e teve seu fim aproximadamente no início do séc. XX, com a Independências do Estados-Nação, alguns autores que compõe o grupo Modernidade/Colonialidade (María Lugones; Catherine Walsh, Enrique Dussel, Ramón Grosfoguel), afirmam que mesmo com as independências, a colonialidade não acabou de fato. Há relações coloniais que são replicadas até hoje, incluindo suas três principais formas: Colonialidade do poder, do saber e do ser que vem se apresentando por diversas vias, sendo uma delas o patriarcado.

Ao recorrer a pesquisas com análises sociológica e históricas, é perceptível que a mulher sempre esteve em segundo plano, sujeita a hegemonia masculina, Carlos Roberto Gonçalves (2009), aponta que a ideia do homem com o título de chefe de família teve origem ainda na Roma antiga, sendo que este título lhe dava o poder de tomar posse de tudo que havia no interior da sua casa incluindo as pessoas que ali habitavam (mulher, filhos, etc.). A mulher era sua serva, aqui a referência é à mulher branca com a qual ele estava em matrimônio.

Nesse sentido, Lugones (2008) afirma que a mulher europeia burguesa não era entendida como complemento a seu esposo ou sociedade, mas como alguém que reproduzia a raça branca, por meio de sua pureza sexual, estando atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. Ao pensar na mulher negra a condição era ainda pior, além de ser vítima do sistema escravagista, para todos os afazeres possíveis (e impossíveis) a qual era submetida, inúmeras vezes, era tida como objeto sexual pelo homem branco ao qual servia.

Estreitamente vinculada ao lar, no Brasil, a mulher era, como o tem sido em toda parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência da tradição doméstica, e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal tende a ser precária a luta frente as restrições. Parafraseando Sérgio Buarque de Holanda (1995), na constituição rural, que após ser estereotipada por longos anos, a mentalidade de casa-grande rural invadiu as cidades, com a representação de desenvolvimento, já que a tradicional situação de dependência em que se achavam colocadas as cidades, em face dos domínios agrários, estava fortemente sendo posta em evidência. Favorecendo o patriarcado rural, que logo, se tornou comum a todas as classes como norma ideal de conduta.

Com o passar do tempo, apesar da fragmentação do patriarcado rural, que ocorreu de diversas formas e em diferentes contextos nas regiões do Brasil, a mentalidade patriarcal e o comportamento machista, permanecem nas políticas brasileiras e na vida das pessoas. Maria Inácia D'Ávila Neto (1994) enfatiza que a concepção de atitudes autoritárias sobre as mulheres, tem sua gênese nos esquemas sociais dominantes que caracterizam o tradicional patriarcado brasileiro, ocorrendo nas áreas urbanas e rurais. Ou seja, como assinala Rita Segato (2015), faz-se necessário pensar questões do sistema patriarcal, com base em um novo contexto histórico, para planejar um futuro democrático e igualitário.

Não há como falar de patriarcado e machismo de maneira separada, uma vez que, estes dois conceitos estão imbricados e acompanham culturas, sendo encontrados em praticamente todos os tempos históricos. No livro de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010), os autores percorrem o trajeto para a constituição das agriculturas no mundo e fica evidente que desde o início das constituições rurais, a mulher era vista como mão de obra, tanto para auxiliar os homens nos trabalhos da roça, e neste meio não tinha papel significativo na área rural, quanto, para cuidar dos filhos e trabalhos domésticos. Porém, não se atribuía valor às mulheres pelo trabalho realizado em qualquer umas das funções. Validado por, Alberto Di Sabbato et al. (2009), os trabalhos realizados na roça, assim como o trabalho doméstico, realizado por mulheres, são considerados como ajuda.

Percebe-se, assim, que o patriarcado sempre esteve presente, e a opressão feminina é produto de uma sociedade machista advinda do patriarcado e que perpetua por séculos. Marília Moschkovich (2014) afirma que a ideia machista é uma relação de poder, uma forma hierarquizada e dominante. No machismo, a masculinidade por mais que esteja “errada” sempre estará mais certa do que a feminilidade mais “certa” que estará, para eles, errada.

## 2. Decolonialidade e expressões do colonialismo

Em meados da década de 70, Aimé Césaire (1978, p.61), poeta e dramaturgo francês, negro, utilizando seu lugar de falar, foi um dos primeiros a criticar a condição colonial normalizada e do ponto de vista europeu, considerada humanista. Essa mesma condição propiciou o início da colonialidade patriarcal no campo, pois, de acordo com o autor, só há história e etnografia branca. O colonizado quer avançar e o colonizador o detém, pois, a igualdade dos povos, das raças e das culturas só é válida se for uma igualdade de direitos e não uma igualdade de fato.

No meio rural brasileiro, ocorreram algumas mudanças com o processo de modernização da agricultura brasileira e a industrialização, levando ao êxodo para as cidades. De acordo com Maria Wanderley (2009), este processo levou à duas vias, reconfigurando o espaço rural. Uma das vias, que ganhou força, tomou o caminho de uma agricultura baseada na grande produção, em latifúndio, na monocultura, e exportação. Estando associada com o sistema *plantation*. Este sistema de produção agrícola, teve suas origens com as nações europeias colonizadoras sobre suas colônias na América, África e Ásia. Carregada de violência, utilizava a exploração de trabalho escravo, para atingir seus objetivos de exportação de mercadoria. A outra, caminha pela via da pequena propriedade, focando na agricultura familiar e camponesa.

O sistema de *plantation*, como precursor de violência no campo, é resgatado pela autora Grada Kilomba (2019), e tem forte influência na racialização de corpos, além da constituição das agriculturas e fixação das colonialidades no espaço rural. Desse modo, a autora destaca que as pessoas negras carregam consigo as explorações raciais, marcadas desde a *plantation*, por humilhações, ofensas, maus-tratos e dores, sentindo na pele, literalmente, episódios de racismo. Tais acontecimentos violentos, explicitam um padrão histórico de abuso racial que contempla as atrocidades da violência racista, suscitando memórias coletivas dos traumas coloniais.

O Colonialismo impôs algumas divisões, as sociedades foram classificadas em superiores e inferiores, localizando a Europa como centro geográfico e modelo civilizatório, passando do selvagem (subdesenvolvido - demais povos), além da segregação por cor, a partir da raça apontada por Quijano (2005, p.118) como critério para a distribuição da população mundial, determinando níveis, lugares e papéis na estrutura civilizatória da nova sociedade. Além do mais, esse modelo estabelecia algumas mudanças, para o civilizado (desenvolvido – modelo europeu); a cristianização descrita por Dussel (2002); o modelo de progresso (como marcha inexorável); a concepção evolucionista e o desenvolvimento (pessoas pobres como subdesenvolvidas). Assim, o modelo que vai se sobrepôr aos povos colonizados é um modelo baseado em hierarquias, dicotomias e dualismos impostos pelo colonizador europeu. Tudo isso ligado e operando em forma de saberes; linguagem; memórias e imaginários. Lander (2005) descreve esse momento:

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo. Todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é ou sempre foi simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal (LANDER, 2005, p.10).

Durante a primeira década do século XXI, emerge o grupo Modernidade/Colonialidade, com a finalidade de uma nova perspectiva acerca do processo histórico hegemônico, construído com base eurocentrada, apontando para uma via descolonizadora. Este grupo se debruça a criar novas possibilidades para remontar a história que foi contada por tantos anos a partir de outras pessoas e negando a história contada pelos principais atores, criticando a colonização europeia nos países da América Latina e a modernidade. Para expor que por muitos anos a sociedade vive sob controle, Quijano (2005), utiliza o termo Colonialidade do Poder, estando este termo está ligado as múltiplas formas de controle coletiva e violência, Controle da economia; controle da autoridade; controle da natureza e seus recursos; controle da subjetividade e conhecimento e controle de gênero. A modernidade tem modelo eurocêntrico, influenciada por fenômenos ocorridos na Europa, como a Reforma Protestante, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Nesta mesma linha, Dussel (2005), argumenta que a modernidade, assentada e iniciada nesses pilares, justifica a prática irracional da violência.

Para Quijano (2005), a colonialidade do poder, se volta para um conceito totalizante invisibilizando o gênero e criando obstáculo para uma análise interseccional, para ele, o genocídio de mulheres europeias e a caça às bruxas ocorrido na conquista cristã da América, não estariam associados ao paradigma da ideia de raça. A esse respeito, Lugones (2008), refere que na narrativa lógica do conceito de colonialidade do poder construída por Quijano, o autor comete um erro ao supor que gênero e sexualidade são elementos estruturadores de toda a sociedade humana. Aceitando a teoria colonizadora europeia, não se dá conta das premissas patriarcais, heterossexistas e eurocentradas que existem sobre gêneros. Ressalta-se que o conceito de

gênero e de raça, foram construídos a partir da colonização e ao mesmo tempo, para racializar e dividir por gênero as sociedades que submeteram.

A Colonialidade do Saber, descrita por Edgardo Lander (2005), é outra das formas de colonização e se apresenta como forma a negar ou invisibilizar o conhecimento produzido pelos outros países, que sejam europeus. Estabelecendo o desenvolvimento de um padrão de conhecimento global, hegemônico, superior e naturalizado pelos povos ocidentais. Posto isso, intrínseca a colonialidade do saber, a desvalorização de produtos e saberes locais, muitas vezes classificados como senso comum, como é o caso das práticas culturais, os saberes e fazeres dos povos originários e camponeses.

Ademais, somada as formas de colonização a Colonialidade do Ser, como explica, Nelson Maldonado-Torres (2008) está relacionada a inferioridade atribuída aos povos subalternizados, negando suas variadas formas de existências, subjetividades, os destituindo de suas identificações em relação ao gênero, sexualidade, etnia, etc. Agindo sobre indivíduos que foram - e ainda são - silenciados, oprimidos e colocados à margem da sociedade. É necessário que se pense a colonialidade do ser a partir dos espaços das micro atuações e das possibilidades que os envolve.

Este conceito “Colonialidade do Ser”, foi primeiramente utilizado por Walter Mignolo (2003), para se referir sobre as experiências vividas dentro da colonização. Para debater sobre a perspectiva decolonial, essa vertente visa focar nos indivíduos, afim de desconstruir narrativas, criadas pela pala colonialidade do ser, rompendo com a ideia dos povos colonizados como: não-humanos, irracionais, selvagens, sem capacidades cognitivas, bárbaros, sem controle da sexualidade.

E foi a partir da categoria de colonialidade do ser, que Lugones (2008), começa a refletir sobre raça e gênero realizando uma crítica a forma como Quijano ignora alguns aspectos mais amplos relacionados ao gênero. Partindo desta crítica que Lugones, analisa e elabora quarto conceito de colonialidade, denominada “colonialidade de gênero”. Para esta autora este novo conceito envolve outros aspectos, como: o conceito de colonialidade e modernidade europeia, o eurocentrismo e a interseccionalidade entre raça e gênero investigando a violência sofrida pelas mulheres negras, que foram vítimas da colonialidade do poder e do gênero.

Apoiada na mesma crítica, Breny Mendoza (2010, p.20), sugere que para romper com a colonialidade do gênero é preciso, antes, romper com o modelo universalista eurocêntrico e racista, além de alertar para a inclusão de mulheres, para pensar a nova perspectiva latinoamericana, a partir do viés decolonial, voltada para uma nova maneira de narrar os fatos desde a colonização. Visto que, essa nova corrente do pensamento latino-americano ainda apresenta limitações para compreender o lugar que o gênero ocupa em seu caráter investigativo.

### **3. Movimentos sociais e lutas pela agricultura camponesa**

O modelo patriarcal colonial repercutiu na composição familiar, nas relações de trabalho, prevalecendo a centralidade do poder masculino estendido à outras esferas da sociedade. Desde a década de 80, Movimentos Sociais Feministas

e Movimentos Sociais de Mulheres do campo vem lutando por visibilidade, conquistando espaços para debates e resistências. Não obstante, a desigualdade de gênero existe e persiste. A mulher, ainda é tratada de maneira desigual em relação ao homem em muitos espaços, seja no meio rural ou urbano. Estudos realizados por Federici (2017;2019), demonstram que as mulheres têm conquistado, com muita luta e reivindicações, lugar de posicionamento em alguns desses espaços. Desta forma, o meio mais rápido e mais eficaz de se propiciar a igualdade entre os gêneros e trazendo à tona a conscientização acerca do patriarcado e toda a repressão envolvida.

Nesse sentido, a participação das mulheres nos diferentes Movimentos Sociais e Organizações de lutas na área rural, fortalecem o processo de desconstrução da colonialidade do poder e do patriarcado rural. Incorporando outras variáveis, como a relação humanos e natureza, questões ambientais, respeito à diversidade étnica, cultural, a igualdade entre mulheres e homens, o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária no seu mais amplo aspecto. Segundo Federici (2019, p. 301), as lutas das mulheres pela terra estão reverberando pelo mundo na África, na Ásia e na América Latina. Movimentos em países como Uganda, Guiné-Bissau, Bangladesh, Paraguai, lutam pela produção para seu proveito de sustento, contestando as tendências de agronegócio que intentam a reduzir terras cultiváveis. Nas palavras de Federici:

Apesar de uma tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura, as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas). Mediante a defesa da agricultura de subsistência, o acesso comunal a terra e a oposição a expropriação da terra, as mulheres estão construindo internacionalmente o caminho para uma nova sociedade não exploradora, na qual a ameaça da fome e da devastação ecológica desaparecerá. (Federici, 2019, p. 277).

A trajetória das lutas feministas, e movimentos de empoderamento da mulher foi se fortalecendo principalmente a partir do século XX. O Movimento Feminista, nas mais variadas expressões, com as discussões de gênero, foi impulsionando inserções e movimentos também na área rural. As mulheres foram conquistando espaços e direitos reunindo condições para o enfrentamento da estrutura patriarcal. Como é o caso das mulheres do Movimento Via Campesina Brasil, por exemplo, têm uma trajetória de lutas na construção de um projeto popular de agricultura camponesa feminista, defendendo o modelo agrícola sustentável.

Este Movimento Internacional surgiu em 1992, em Manágua (Nicarágua), como uma rede transnacional de movimentos sociais rurais, a partir da reunião de diferentes organizações agrícolas camponesas de Caribe, América Central, América do Sul, América do Norte e Europa. Desde então, são 182 organizações que encontram-se espalhado em 81 países, coordenando organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, mulheres camponesas e comunidades indígenas. Integrantes desse Movimento, lutam por também, se colocam favoráveis à projetos de sociedade pautados pela igualdade entre homens e mulheres. (LA VÍA CAMPESINA, 2021)

Partindo da mobilização de Movimentos de mulheres na década de 80, como é o caso do “Movimento de Mulheres Agricultoras – (MMA) em Santa Catarina, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, como as



quebradeiras de coco de babaçu” (BONI, 2013, p.73). Um dos grandes Movimentos de destaque que incentiva a luta das mulheres e das jovens camponesas é o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

O MMC, surgiu oficialmente no ano de 2004 no estado Santa Catarina. Hoje se organiza em 18 estados brasileiros, resistindo às consequências do sistema capitalista e patriarcal que intensifica a exploração de trabalhadoras e trabalhadores, aumentando a violência e a discriminação contra as mulheres. A luta pela construção de novas relações sociais e de gênero, por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e camponeses e pelo fim de todas as formas de violência e opressão, é incessante (BONI,2013).

Outro, é o Feminismo Camponês Popular (FCP), esse Movimento é resultado da luta das mulheres rurais, originado em 1984, na região oeste de Santa Catarina (DOS SANTOS; ZIMMERMANN, 2019). Com experiência concreta de luta e resistência aos ataques imperialistas contra camponesas, e proposta de mudança estrutural da sociedade, essas mulheres resistem a partir de lutas ligadas a agroecologia, soberania alimentar, defesa de territórios e de seus corpos, enfrentamento as variadas formas de violência contra a mulher, entre outras tantas ações.

Estes Movimentos apontam para a construção de possibilidades para se desvencilhar dos efeitos da colonialidade, porém é um processo moroso, com alguns percalços. Algumas conquistas foram alcançadas, ao longo de seus mais de vinte anos de resistência e (re) existência. Como o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, salário maternidade, a aposentadoria da mulher da roça aos 55 anos, entre outros. A formação política é uma prioridade no MMC, e com a participação das jovens camponesas, tem avançado em vários debates, mobilizando a juventude feminista camponesa popular, contribuindo no enfrentamento de pautas que apareciam apenas de forma lateral.

#### **4. Lugar de fala das jovens agricultoras camponesas**

O termo lugar de fala, entendido como lugar social de prática discursiva, geralmente relacionada a algum tipo de opressão, teve notoriedade no Brasil em 2017 a partir do livro de Djamila Ribeiro, e vem sendo usado para se referir à fenômenos observados em sua obra trazendo as vozes do feminismo negro norte-americano, do feminismo branco tradicional e dos estudos subalternos pelo relato espontâneo de suas experiências teorizadas por elas próprias, sem o uso de intérpretes. Fortalecendo a ideia de que as pessoas são subalternizadas no decorrer de suas vidas, seja enquanto indivíduos que existem ou (re) existem, não é uma condição nata.

Em referência ao lugar de onde se fala, Lélia Gonzalez (1988), utiliza o termo *lócus* de enunciação, remetendo ao espaço sócio-histórico de enunciação, a partir do qual os sujeitos subalternizados, no âmbito colonialidade/modernidade, podem alcançar representatividade e, conseqüentemente, instaurar uma perspectiva outra de conhecimento como enunciadores. utilizando termos como, Améfrica e pretoguês, a autora faz reflexões sobre questões raciais e de gênero, indicando que se construa um novo lugar, não negando, ou substituindo conceitos e conhecimentos que já

foram construídos sobre esses temas, mas que se utilize teorias em conjunto, apontando para um novo lugar de fala.

No que tange as jovens camponesa, destaca-se que o fato de sair de casa, para as jovens mulheres da área rural, pode significar uma ruptura maior com a posição de dependência econômica e subordinação à família, como já foi demonstrado em algumas pesquisas. Maria Regina Costa (2006), afirma que as mulheres não veem muitas perspectivas no trabalho na agricultura, sendo direcionadas para outras atividades e acabam migrando da área rural para a área urbana. E por isso, quando o assunto diz respeito a terras ou gestão de terras a figura predominante no quesito gestão é masculina. Tássia Zóti (2011), reafirmou que tal situação ainda prevalecia, pois segundo os entrevistados que tinham filhos homens e filhas mulheres, no caso de escolher alguém para lhe suceder e administrar suas terras, a unanimidade escolheria filhos homens.

O ato de falar envolve uma negociação entre o falante e o ouvinte. Numa matriz familiar patriarcal, ignora-se o lugar de fala da mulher, sobressaindo a subalternização dos homens sobre as mulheres. Logo, a saída da jovem camponesa para a cidade significa, liberdade e independência em vários sentidos. É a possibilidade de se desprender de uma realidade de invisibilidade, inferioridade e pouca autonomia. Para Gayatri Spivak (2010), à muitos indivíduos históricos não foram ou não são dados o lugar para falar, contar a sua história. Sendo que, há no lugar de fala, posicionamentos, discursos e interpretações das estruturas sociais, podendo no ato político de proferir discursos, gerar discursos que rompam ou que perpetuem a manutenção das desigualdades sociais.

A centralidade do poder paterno afeta os filhos e as filhas, pois a autonomia é limitada no que diz respeito a decisões sobre a propriedade, porém essa limitação é mais acentuada para com as filhas mulheres, que inclusive são privadas de assumir a gestão e a posse da propriedade. Corroborando, Ricardo Abramovay et al. (1998), aponta que no processo de sucessão familiar, as filhas tendem a ser excluída deste processo, ocorrendo a masculinização nas áreas rurais. Compreende-se assim, que o modelo patriarcal continua presente, com a passagem das responsabilidades da propriedade rural geralmente para um sucessor masculino.

De acordo com a pesquisa de Wanderley (2007, p. 24) desenvolvida com jovens de Pernambuco, a desigualdade distributiva de terra na área rural, entre familiares reflete diretamente nas jovens agricultoras camponesas, pois, mesmo trabalhando arduamente, as mulheres tinham pouca possibilidade de posse da terra, evidenciando as dificuldades enfrentadas devido a questões relacionadas ao gênero”. Sendo, geralmente, os filhos homens considerados mais aptos para assumir a posse e a gestão da propriedade. Sob esse aspecto de subalternidade, Karina Muñoz Ochoa (2014) o caracteriza como um dos elementos, que inferiorizou principalmente a figura feminina, potencializando a racialização das populações colonizadas, ocupando um espaço social e político sob um padrão de poder colonial que classificou e classifica socialmente as populações.

Analogamente a máscara que era utilizada como instrumento de tortura e em forma de silenciamento das mulheres escravizadas, ainda como consequência do sistema colonial patriarcal, no contexto rural, muitas mulheres ainda são silencias de diversas formas. Como destacado por Kilomba (2019), há a

recriação histórica, social e cultural de um passado colonizador, que insiste em se repetir, por mais que esteja localizada em um passado histórico, ela vem à tona novamente, através das diversas formas de colonialidades do poder, do saber, do ser e de gênero.

## Conclusão

O escrito que hora se encerra, está longe de esgotar o debate, surge como uma provocação para novas pesquisas e estudos acerca deste tema. Uma sociedade, como o Brasil, fundada sob aspectos coloniais e de matriz patriarcal, como consequência, subjuga histórias, conhecimentos e corpos, além de produzir relações desiguais entre homens e mulheres, imperando o poder de um sobre o outro. Esse processo permite a classificação, a inferiorização, a violência, a desigualdade salarial, invisibilidade, que atinge as jovens e mulheres tanto no rural quanto no urbano.

As discussões aqui apresentadas, instigam a reflexão e ações, sobre as relações familiares patriarcais na área rural e como esse sistema, ainda expressa diversas formas de dominação sobre as mulheres, podendo contribuir para o processo migratório das jovens agricultoras. Além de, indicar um movimento que caminha na tentativa de desconstrução da dominação patriarcal. Uma das vias para o enfrentamento das colonialidades e suas formas de controle é a alteridade, visando olhar e compreender o outro, nas mais diversas singularidades, por outros, entende-se humanos, natureza e outras formas de vida.

Movimentos Sociais e Organizações do campo, com muita luta, resistem, se reinventam e trabalham, na desconstrução das reverberações advindas das colonialidades, ainda existentes. Como resultado, tem-se constituído novas relações mais equitativas entre homens e mulheres, criando narrativas a partir das quais elas (as mulheres) foram invisibilizadas e silenciadas. São lutas e experiências que caminham rumo ao empoderamento feminino, abrindo caminhos para a desconstrução das várias formas de colonialidade do poder patriarcal.

Entretanto, como já mencionado, não significa dizer que as relações patriarcais foram superadas. Há um longo caminho de lutas, resistências e enfrentamentos à ser percorrido. Nesse sentido, pensar a partir da perspectiva decolonial, proporciona olhar a realidade social a partir da própria epistemologia, incitando a produção do conhecimento e possibilidades que possam contribuir para o caráter emancipatório das imposições deixadas pela colonialidade do poder, do saber e de gênero, visando a liberdade dos indivíduos envolvidos.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo, *et al.* **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília. Brasília: Editora UNESCO, 1998.

BONI, Valdete. MMC um movimento camponês e feminista. **Revista grifos**, 2013.v. 22, n. 34/35, p. 67-88.

CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Noémia de Sousa. Lisboa. Sa da Costa Editora, 1978.

COSTA, Maria Regina Caetano. **Agricultura familiar e sucessão hereditária: estudo de caso no município de Morro Redondo, RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas, 2006.

D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. **O autoritarismo e a mulher: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil**. Rio de Janeiro. Artes & Contos, 1994.

DI SABBATO, Alberto et al. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009.

DOS SANTOS, Débora Fragata; ZIMMERMANN, Sílvia Aparecida. O movimento de mulheres camponesas na construção do feminismo camponês popular: protagonismo feminino, práticas feministas e história de luta. **Novos Rumos Sociológicos**, 2019. v. 7, n. 11, p. 269-299.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo (coord.). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina, 2005. pp.24.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, v. 6, 2009.

GONZALEZ, Lelia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1988. v.92, n. 93, pp. 69-82.

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Março, 2008. pp. 115-147.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LA VÍA CAMPESINA. **El caminar del feminismo campesino y popular en la vía campesina**. Movimiento campesino internacional Secretariado internacional: Zimbabwe, 2021.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocentricos. In.: **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciencias sociais**. Perspectivas latino-americanas. Sao Paulo: CLACSO, 2005.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. Tabula rasa. Bogotá., jul-dez, 2008. Nº 9: 73-101.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2014. v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, imperio. **Revista Critica de Ciências Sociais**, v.80, Março 2008: 71-114.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MENDOZA, Breny. **La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano**. En Yuderkis Espinosa (Ed.), Aproximaciones críticas a las prácticas teórico política del feminismo latinoamericano. Buenos Aires: La frontera, 2010, (pp. 19- 36).

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

MOSCHKOVICH, Marília. **Machismo, a opressão primeira**. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/machismo-a-opressao-primeira/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

OCHOA MUNOZ, Karina. El debate sobre las y los amerindios: entre el discurso de la bestialización, la feminización y la racialización. **El Cotidiano**, num. 184, marzo-abril, 2014, pp. 13-22.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidade em ocho ensayos**. Buenos Aires: Prometeo libros, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravony [1942] **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. **Juventude rural em perspectiva**, Rio de Janeiro: Maud X, 2007. p. 21-33.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ZÓTIS, Tássia Scariot. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor**: município de Camargo/RS. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011.